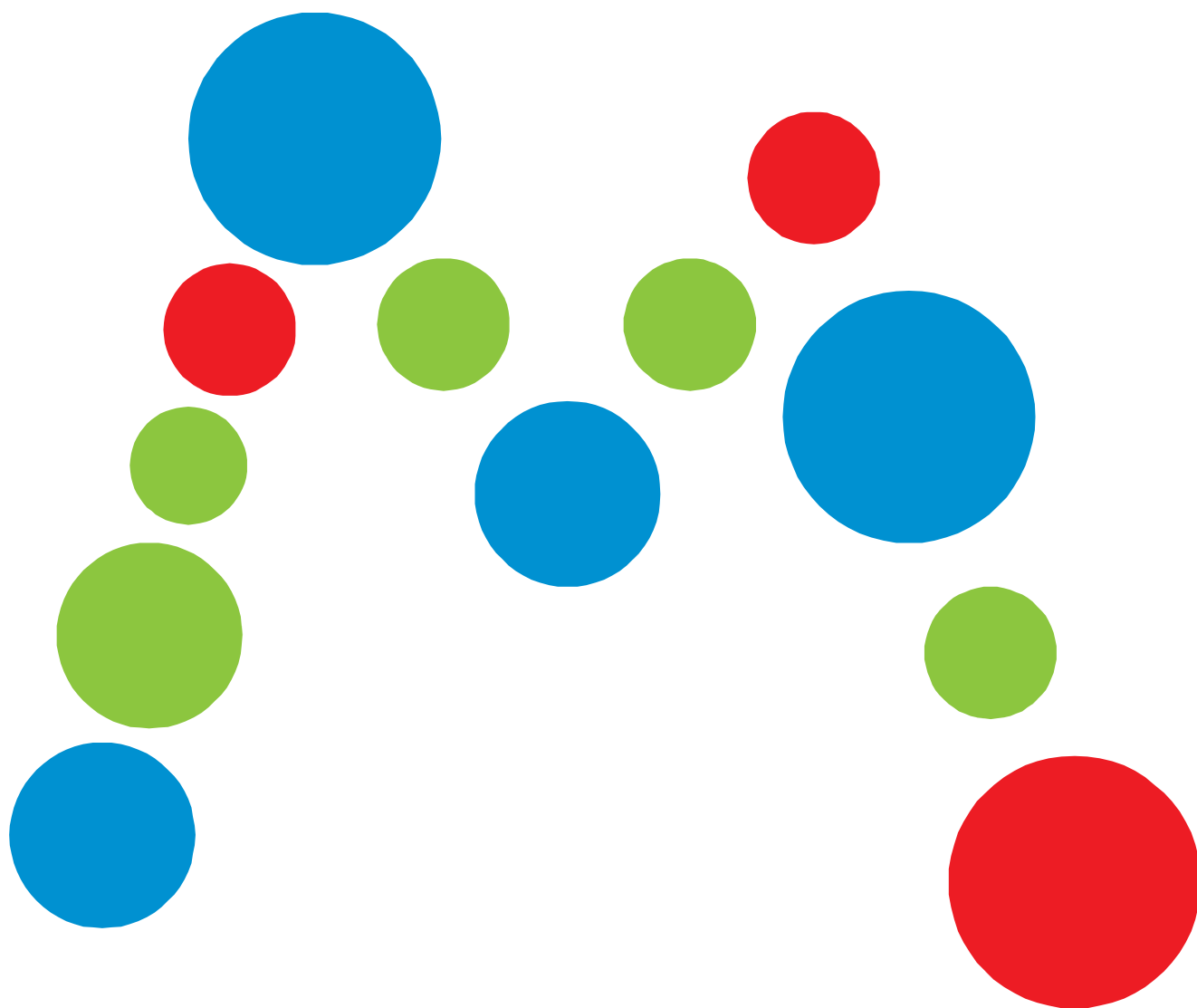


Mercados

informação global



Peru Ficha de Mercado

Abril 2008



aicep Portugal Global

Índice

1. O País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1. Situação económica e Perspectivas	04
2.2. Comércio Internacional	06
2.3. Investimento	08
2.4. Turismo	09
3. Relações Económicas com Portugal	10
3.1. Comércio	10
3.2. Turismo	14
4. Relações Internacionais e Regionais	15
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	17
5.1. Regime Geral de Importação	17
5.2. Regime de Investimento Estrangeiro	18
5.3. Quadro Legal	19
6. Informações Úteis	20
7. Endereços Diversos	22
8. Fontes de Informação	24
8.1. Informação Online aicep Portugal Global	24
8.2. Endereços de Internet	25

1. O País em Ficha

Área:	1.285.216 Km ²
População:	28. 674. 757 milhões de habitantes (censo 2007))
Densidade populacional:	22 hab./km ²
Designação oficial:	Republica del Peru (versão longa) / Peru (versão curta)
Forma de Governo:	República Presidencialista
Chefe de Estado e do Governo:	Alan Garcia Perez (desde 28 de Julho de 2006 até 2011)
Data da actual Constituição:	Promulgada em 29 de Dezembro de 1993
Principais partidos políticos:	<u>Governo</u> : Partido Aprista Peruano (APRA). <u>Oposição</u> : Unión por El Peru (UPP); Partido Nacionalista Peruano (UN).
Capital:	Lima (8,4 milhões de habitantes)
Outras cidades importantes:	Cusco; Piura; Arequipa; La Libertad; Junín; Cajamarca; Lambayeque; Pun; Áncash.
Religião:	A maioria da população é Católica (89,03%), mas existe uma total liberdade de culto para as minorias étnicas.
Língua:	O Castelhana (80%) e o Quechua (16,2%) são línguas oficiais, às que se segue o Aymara e ainda outras línguas.
Unidade monetária:	NOVO SOL, dividido em 100 centavos. 1 EUR = 4,3825 NOVO SOL (Banco de Portugal – Março 2008)
Risco país:	Risco político – BB Risco de estrutura económica – BBB (AAA = risco menor; D = risco maior)
“Ranking” em negócios:	Índice 6,30 (10 = máximo)
“Ranking” geral:	58 (entre 82 países)
Risco de crédito:	4 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – Março 2008 - http://cgf.cosec.pt)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado:	Exp.+ Imp. / PIB = 44,0% (2007) Imp. / PIB = 18,1% (2007) Imp. / Imp. Mundial = 0,01% (2006)

Fontes: INE – Instituto Nacional de estatística
ViewsWire
The Economist Intelligence Unit (EIU) - Country Report
Banco Central do Peru
COSEC
www.peru.info/p
UNCTAD

2. Economia

2.1 Situação Económica e Perspectivas

O Peru faz parte do tratado internacional APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation), constituído por um bloco económico que tem como objectivo transformar o Pacífico numa área de livre-comércio, englobando as economias asiáticas, americanas e da Oceânia.

A economia deste país baseia-se em importantes fontes naturais: na exploração de minérios, essencialmente a prata, o zinco, o estanho, o cobre e o ouro (o Peru está considerado dentro dos 5 principais países produtores mundiais) e o petróleo. Beneficia, igualmente, de uma posição sectorial favorável, principalmente na agricultura e na indústria agro-alimentar. Destacam-se a cana-de-açúcar, o açúcar, o algodão, o café e o trigo. A agricultura é de subsistência e à base de milho e batata. No litoral desenvolve-se a actividade pesqueira, sendo o Peru um dos maiores produtores mundiais. Também merece referência a indústria têxtil/vestuário, face às facilidades aduaneiras acordadas com os EUA.

O presidente Alan Garcia, reeleito em Julho de 2006, continua a implementar as suas políticas do passado recente; tem a oportunidade de poder desfrutar dos preços dos minerais a atingirem recordes, bem como uma forte receita fiscal, que lhe permite implementar políticas sociais. Com cerca de metade da população a viver em situação de pobreza, o presidente incidirá a sua actuação na redução das desigualdades, investindo em infra estruturas, como canalização de água, saneamento básico e construção de estradas e portos. Em complemento aos investimentos públicos, o governo incentivará os investimentos privados, em sectores produtivos e em infra estruturas de transporte, através de programas de concessões.

O *Economist Intelligence Unit* (EIU) estima que o crescimento de PIB tenha atingido 8,3% em 2007, consequência da expansão da procura interna. O elevado consumo privado e o crescimento do investimento – evidenciado, no seu conjunto, por uma grande procura de bens alimentares, de bebidas, de produtos químicos, maquinaria e equipamentos - serão as principais linhas que conduzirão o crescimento do PIB para 2008-2009. Refira-se que o substancial consumo privado resulta do crescimento do emprego na construção (programa de construção de casas de baixo custo) e na orientação para as exportações de várias indústrias, que num contexto de baixa inflação e de uma forte taxa de câmbio, sustentarão elevadas receitas.

O crescimento do investimento, que desde 2005 foi uma das maiores contribuições do PIB, abrandará em 2008, muito embora se preveja para 2008-2010 a continuação de um crescimento a 2 dígitos, em grande parte suportado pela segunda fase do mega projecto de gás natural Camisea, dos maiores investimentos mineiros, além de outros projectos também na área da energia, não obstante o grande défice de infra estruturas que existe no país. Caso a produção de petróleo abrande, a importante exploração de gás natural de Camisea, iniciada em 2004, poderá, a prazo, reequilibrar a balança energética.

A inflação cresceu rapidamente no fim de 2007, sobretudo devido ao aumento dos preços dos transportes e comunicações, dos produtos alimentares e das bebidas, vestuário e calçado e dos combustíveis, de novo, fruto de um crescimento da procura interna. Contudo, as previsões para uma baixa no período 2008-2010 são consequência de uma recente limitação monetária e da continuação de uma robusta taxa de câmbio, por parte do Banco Central de Reserva, o que moderará a inflação; aliás, a credibilidade do Banco Central nesta matéria é elevada, o que auxilia a conter especulações inflacionistas. Contudo, uma informação recente (EIU– 11 Abril), indica que o Banco Central do Peru subiu, inesperadamente, a sua taxa de juro referência de 5,25% para 5,5%, o que se traduz na segunda subida das taxas de juro, nos últimos 4 meses, e que poderá provocar consequências, nomeadamente, a nível das taxas de câmbio e da inflação. Este Banco também aumentou as suas reservas mínimas para 8,5%, quando anteriormente eram de 8%.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2005 ^a	2006 ^b	2007 ^b	2008 ^c	2009 ^c	2010 ^c
População	Milhões	26,2	26,3	26,0	25,8	25,8	25,7
PIB a preços de mercado	10 ⁹ PEN	261,9	304,6 ^a	338,5	366,3	389,3	414,0
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	79,5	93,0 ^a	108,2	125,0	131,0	137,6
PIB per capita	USD	3.039	3.543	4.159	4.837	5.081	5.364
Crescimento real do PIB	%	6,4	8,0 ^a	9,0	6,3	6,7	5,8
Consumo privado	Var. %	4,4	6,3 ^a	7,6	7,0	7,1	5,9
Consumo público	Var. %	9,8	8,7 ^a	3,6	5,2	6,7	4,8
Formação bruta de capital fixo	Var. %	13,6	19,0 ^a	28,1	20,3	15,5	10,3
Taxa de desemprego	%	7,6	7,5	6,9	-7,6	-11,0	-14,9
Taxa de inflação	%	1,6	2,0 ^a	1,8 ^a	3,7	2,6	2,3
Dívida externa	% do PIB	37,7	32,8 ^a	27,3	24,3	22,0	20,1
Balança corrente	10 ⁶ USD	1.105	2.456 ^a	1.926	-305	-2.983	-6.401
Balança corrente	% PIB	1,4	2,6 ^a	1,8	-0,2	-2,3	-4,7
Taxa de câmbio	1 USD= XPEN	3,30	3,27 ^a	3,13 ^a	2,93	2,97	3,01
Dívida Externa	10 ⁹ USD	28,7	28,2 ^a	27,9	28,2	29,7	31,7
Dívida Externa	% DO PIB	36,1	30,3 ^a	25,8	22,5	22,7	23,0

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: a) efectivo

b) estimativas

c) previsões

PEN – moeda do Peru NOVO SOL

Por outro lado o Peru também desfruta de uma forte procura internacional, abrangendo produtos tradicionais (segundo o Banco Central, as receitas abrangem cerca de 2/3 do total) e produtos não tradicionais (cujas receitas baixaram em Novembro passado, essencialmente como resultado da paragem para trabalhos no Porto de Callao). Se, por um lado, o país consegue uma capacidade de resistência a uma degradação no plano internacional, por outro, a procura interna ainda não está em situação de substituir uma quebra da procura externa, ou mesmo dos preços das matérias-primas.

De qualquer modo, esta evolução económica não anula as elevadas taxas de desemprego e o grau de pobreza que persiste alto.

Por último, refira-se um programa de auxílio à promoção do crescimento económico, implementado por parte do Presidente Garcia após a sua tomada de posse, nas terras altas do Centro e Sul do país, denominado Sierra Exportadora.

2.2 Comércio Internacional

A balança comercial do Peru apresenta saldos positivos e de tendência crescente; durante o período em análise, as exportações tiveram uma taxa de crescimento de 211,1% e as importações registaram 139,0%, situação que se prevê possa repetir-se no futuro próximo. Tal realidade também pode ser analisada tendo em conta a evolução do respectivo coeficiente de cobertura, que passou de 109,7% para 142,8%. O EIU prevê entre 2010-2012 um crescimento para as exportações na ordem dos 12% e para as importações cerca de 29%. A forte progressão das exportações (entre 2003-2007 o valor triplicou), a atracção dos mercados pelo risco emergente e o rigor da política económica, contribuem para uma evolução a médio prazo, mostrando perspectivas de descolagem do modelo económico dos países emergentes, por parte do Peru.

Um acordo bilateral de livre comércio – FTA – com os EUA e finalizado em Dezembro pp., impulsionará os fluxos de investimento e de comércio, entre ambos os países no futuro próximo. Pactos de comércio deverão vir a ser finalizados ao longo de 2008 com o Canadá e Singapura.

Dados sobre o ano de 2007 (estimativas) continuam a mostrar um excedente da balança comercial, especialmente motivado pelos preços crescentes das *commodities* e dos minerais. Contudo e em paralelo, os gastos com as importações aceleraram, dominados pelo grande crescimento das importações de bens de capital, para uso na agricultura e no sector dos transportes. Prevê-se que as receitas das exportações continuem no bom caminho em 2008, dado os preços das matéria primas industriais continuarem elevados e uma nova capacidade do sector mineiro aproxima-se a breve trecho.

Perante uma boa performance das exportações do sector mineiro, dos produtos agrícolas e de produtos industriais, espera-se que o Peru continue a apresentar um excesso da sua balança comercial.

Evolução da balança comercial

(10 ⁹ USD)	2003	2004	2005	2006	2007 ^a
Exportação fob	9,0	12,8	17,3	23,7	28,0
Importação fob	8,2	9,8	12,0	14,9	19,6
Saldo	0,8	3,0	5,3	8,8	8,4
Coefficiente de cobertura (%)	109,7	130,6	144,2	159,0	142,8
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	65 ^o	65 ^o	63 ^o	58 ^o	nd
Como importador	67 ^o	70 ^o	68 ^o	68 ^o	nd

Fontes: EIU, OMC

Notas: a) estimativa ;

nd – não disponível;

No que se refere aos principais clientes do Peru, assistiu-se em 2006 à alteração do país que estava no 3^o lugar, posição agora assumida pelo Canadá, tendo sido em 2005 o 4^o principal cliente. A China desde 2004 mantém o 2^o lugar, embora com quotas de mercado crescentes.

Os EUA mantêm a sua posição de 1^o cliente, embora com quebras nas respectivas quotas de mercado (grande decréscimo em 2006).

Sendo a China, a quarta economia do mundo, assistiu-se em 2007 a um acelerado crescimento e a uma maior abertura ao mundo. E para a América Latina, é uma grande oportunidade. Em 2006 as trocas comerciais entre a China e a América Latina superaram 70 mil milhões de dólares e os números de 2007 mostram um aumento das mesmas. Considera-se que grande parte do crescimento da região depende da relação com a China, pela elevada procura de matérias primas, por parte deste país, que está, basicamente, a assegurar o seu fornecimento em África e na América Latina. Mas não se deve pensar que o ciclo económico positivo da China será permanente e que manterá este ritmo de crescimento. Em determinada altura tudo se pode inverter e as instituições da América Latina deverão estar preparadas para tal.

Principais Clientes

Mercado	2004		2005		2006	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
EUA	29,0%	1 ^o	31,0%	1 ^o	23,6%	1 ^o
CHINA	9,3%	2 ^o	10,8%	2 ^o	11,0%	2 ^o
CANADÁ	nd	-	5,9%	4 ^o	7,7%	3 ^o

Fonte: EIU

Nota: nd – não disponível

No que aos fornecedores diz respeito, os EUA continuam a posicionar-se em 1º lugar, embora com uma quota de mercado oscilante, o Brasil em 2006 a subir a sua posição para 2º lugar, e o Equador a conseguir uma melhor colocação entre os principais fornecedores do Peru.

Principais Fornecedores

Mercado	2004		2005		2006	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
EUA	28,7%	1º	19,9%	1º	21,6%	1º
BRASIL	nd	-	8,7%	3º	8,7%	2º
EQUADOR	6,0%	4º	8,1%	4º	8,1%	3º

Fonte: EIU

Nota: nd – não disponível

De um modo geral, prevê-se que as exportações de minerais vão crescendo, influenciadas pelas elevadas receitas do ferro, do cobre e do ouro; as exportações de produtos à base de peixe também mostram tendência crescente. Por outro lado, as importações estão com grande aceleração, orientadas por grandes crescimentos nos bens de capital, essencialmente, para uso na agricultura e no sector dos transportes, prevendo-se igualmente um elevado crescimento.

Principais Produtos Transaccionados – 2007^a

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
Cobre	25,8	Bens intermédios	53,1
Ouro	14,8	Bens de capital	30,0
Prod. Alimentares (de peixe)	5,2	Bens de consumo	16,3

Fonte: EIU

Nota: a) estimativas

2.3 Investimento

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2002	2003	2004	2005	2006
Investimento estrangeiro no Peru	2.156	1.335	1.599	2.579	3.467
Investimento do Peru no estrangeiro	18	60	59	174	428
Posição no "ranking" mundial					
Como receptor	35º	61º	54º	51º	58º
Como emissor	75º	69º	70º	66º	58º

Fonte: World Investment Report 2007

Como se pode verificar pelos dados publicados pela UNCTAD, o Peru não se encontra entre os principais mercados receptores e emissores mundiais de investimento, ocupando posições modestas em ambos os fluxos.

Os valores do IDE aplicados no Peru mostram uma tendência crescente, estimando-se similar comportamento para os próximos anos, sendo aplicado, acima de tudo, no sector das comunicações, sector mineiro, na indústria e no sector bancário. Ultimamente, os investimentos estão fortemente ligados a processos de fusões e de aquisições no país, o que implica a entrada de novos investidores (fonte: ProInversión – Ag. de Promoción de la Inversión Privada – Peru).

Segundo esta mesma fonte, destacam-se como sectores prioritários: agronegócios, florestal, pesca e aquacultura, mineiro, fibras e têxteis, turismo, serviços e infra estruturas (a carência de infra estruturas de vária ordem, tornam esta área de vital importância em termos de IDE).

Espanha, EUA e o R. Unido são os principais investidores no Peru (responsáveis por 64,09% do stock de IDE), devendo ter-se em conta que, por vezes, várias empresas internacionais canalizam os seus investimentos, através de suas subsidiárias noutros países.

Após anos de distanciamento devido aos atritos relacionados entre o ex-presidente peruano Alberto Fujimori, Japão e Peru selaram muito recentemente, em Tóquio, uma "nova etapa" das suas relações políticas e económicas, com acordos para elevadíssimos créditos e para a protecção de investimentos. O Presidente peruano que compareceu num Seminário de investimentos realizado em Tóquio, aproveitou a ocasião para convidar os empresários japoneses a beneficiarem do bom momento económico que o seu país atravessa, com o objectivo de nele investirem.

Os valores do investimento do Peru no estrangeiro não têm grande relevância, ao longo deste período.

2.4 Turismo

De acordo com dados publicados pela OMT – Organização Mundial do Turismo, as entradas de turistas na América do Sul recuperaram a partir de 2003, depois de nos anos de 2001 e 2002 terem sido afectadas pela situação geopolítica.

A indústria do turismo representa uma parte significativa da economia peruana (cerca de 7,7% do PIB em 2006 e 8% do emprego). Pela sua localização estratégica, o Peru é um destino privilegiado para o turismo. Herdeiro de culturas milenárias e de uma rica tradição colonial, o Peru é, também, um lugar mágico num continente com mais de 300 milhões de habitantes, onde alberga uma das maiores biodiversidades do planeta: turismo urbano, história (associação à civilização Inca), cultura, natureza, aventura, cultura viva, sol e praia são os principais motivos que atraem o turista ao Peru.

As planícies costeiras ocidentais (conhecidas como costa) estão separadas pelas terras baixas orientais cobertas pela selva da bacia do Amazonas (a selva) e pelas altas e escarpadas montanhas dos Andes (a sierra). Na fronteira com a Bolívia situa-se o lago Titicaca, o lago navegável de maior altitude do mundo, a 3 821 m.

Do ponto de vista ecológico o Peru dispõe de mais de 50.000 espécies de plantas diferentes.

A UNESCO declarou 10 lugares como Património Cultural e Natural da Humanidade, donde se destacam, entre vários outros e sem pretensão de hierarquizar, a cidade de Cusco, o santuário de Machu Picchu, a zona arqueológica de Chan Chan e o centro histórico de Lima. A título de exemplo refira-se que entre 1997/2007 os turistas estrangeiros a visitar o santuário de Machu Picchu tiveram um crescimento de perto de 200%.

Indicadores do Turismo

	2000	2004	2005	2006
Turistas (10 ³)	828	1.277	1.486	1.635
Receitas (10 ³)	837	1.142	1.308	1.381

Fonte: WTO – World Tourism Organisation 2007

Segundo a fonte local (PromPerú), entre os principais países emissores de turistas, destacam-se: EUA (23%), Chile (22%), Inglaterra (6%); Espanha (5%), França (5%) e Canadá (4%) e Portugal não consta desta listagem.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1 Comércio

O comércio entre Portugal e o Peru é bastante reduzido, muito embora no que às importações se refere, nos apercebamos de uma tendência de crescimento nestes 3 últimos anos, cujas quotas registaram aumentos significativos (embora partam de bases muito baixas).

Importância do Peru nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2003	2004	2005	2006	2007
Como cliente	Posição	88	80	93	91	92
	%	0,01	0,02	0,01	0,02	0,02
Como fornecedor	Posição	99	101	100	73	66
	%	0,02	0,01	0,02	0,04	0,05

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: Valores declarados

Os valores relativos às trocas bilaterais entre Portugal e o Peru para o período 2003-2007, publicados pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, confirmam a reduzida dimensão das mesmas. Contudo, as importações nacionais registam valores muito superiores, quando comparados com as exportações, apresentando uma taxa média anual de crescimento de 51,7%, contra o crescimento de 17,3% por parte destas. De 2006-2007 as exportações baixaram 4% e as importações cresceram 50%.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2003	2004	2005	2006	2007	Var. ^a
Exportações	3.988	6.227	3.748	5.871	5.646	17,3%
Importações	7.418	6.115	8.152	19.562	29.547	51,7%
Saldo	-3.431	111	-4.404	-13.691	-23.901	--
Coef. Cobertura	53,8%	101,8%	46,0%	30,0%	19,1%	--

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2003-2007;

Valores declarados

Relativamente às exportações nacionais para o Peru em 2007, verifica-se uma concentração em 3 grupos de produtos – máquinas e aparelhos, produtos químicos e plásticos e borracha – os únicos cuja quota de mercado, no cômputo global, atinge os 2 dígitos, sendo a sua representatividade superior a 60%.

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2003	%	2006	%	2007	%
Máquinas e aparelhos	780	19,56	2.405	40,98	2.220	39,69
Produtos químicos	504	12,64	560	9,54	728	13,01
Plásticos e borracha	922	23,11	490	8,35	564	10,08
Pastas celulósicas e papel	432	10,83	1.032	17,59	476	8,52
Metais comuns	427	10,72	766	13,04	475	8,49
Minerais e minérios	59	1,49	54	0,92	319	5,70
Outros produtos	15	0,38	21	0,36	314	5,61
Matérias têxteis	82	2,07	247	4,21	221	3,95
Madeira e cortiça	294	7,38	131	2,23	166	2,96
Peles e couros	12	0,30	38	0,65	47	0,85
Produtos alimentares	11	0,28	98	1,66	47	0,84
Veículos e outro material de transporte	415	10,40	7	0,12	13	0,23
Vestuário	0	0,00	9	0,15	3	0,06
Produtos agrícolas	0	0,00	8	0,14	1	0,01
Calçado	17	0,44	0	0,00	0	0,01
Instrumentos de óptica e precisão	16	0,40	2	0,04	0	0,00
Combustíveis minerais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	3.988	100,00	5.870	100,00	5.592	100,00

Fonte: Instituto Nacional de Estatística
Valores declarados;

Nota: Os anos de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Por esta razão poderá haver discrepância, para aqueles períodos, entre estes totais e os da balança comercial.

As máquinas e aparelhos, mostram uma tendência crescente dentro do período em análise; em valor, o crescimento desde 2003 foi de cerca de 180%. Dentro deste grupo destacam-se partes para aparelhos, partes para máquinas, caixas de fundição, modelos para moldes e moldes, máquinas ferramentas para forjar, etc., motores de pistão para compressão, etc.

Os produtos químicos também mostram algum crescimento, tendo ascendido, em valor, a cerca de 44% e à 2ª posição de mais elevadas exportações para o mercado; este grupo é representado quase na sua totalidade por medicamentos para venda a retalho, cujo crescimento de 2006-2007 foi de 69%.

Os plásticos e a borracha foram o 3º maior grupo exportado, não obstante apresentando valores decrescentes, que se repercutem na quota de mercado: de 23,11% em 2003, passam para 10,08% em 2007. Encontram-se neste grupo, artefactos de apetrechamento de construções de plástico, outras chapas, lâminas e folhas, polímeros de estireno, correias transportadoras ou de transmissão de borracha vulcanizada, tubos e seus acessórios em plástico ou borracha vulcanizada, etc.

Seguem-se, ainda, como grupos de produtos com algum peso nas nossas exportações as pastas celulósicas e papel (atingiram um valor pico em 2006) e os metais comuns, embora apresentando ligeiras oscilações.

Quanto aos restantes, sublinhamos evoluções positivas nos minerais e minérios, na classificação outros produtos e nas matérias têxteis; em quebra, salientam-se a madeira e a cortiça, veículos e outro material de transporte, prod. agrícolas e calçado.

Se analisarmos quais os principais prod. exportados com pp a 4 dígitos, os medicamentos foram o 1º produto cujo valor superou todos os outros.

Nas compras que fazemos ao Peru, destacam-se os metais comuns, os prod. agrícolas, os químicos e os prod. alimentares, cujo conjunto representa à volta de 98% das nossas importações totais.

Os metais comuns têm registado um acentuado crescimento (cerca de 4.400%) ao longo deste período, representados quase na sua globalidade pelo zinco (também o 1º produto a 4 dígitos que representa o maior valor de importação).

Os valores dos produtos agrícolas também estão a crescer, cerca de 99% entre 2003-2007, sendo que em 2003 foi o 1º grupo de produtos a ser importado. Como produtos mais representativos têm-se os legumes de vagem, secos ou em grão, outros prod. hortícolas preparados ou conservados, algumas frutas, prod. vegetais não especificados, etc.

Os produtos químicos registaram um aumento, entre 2003-2007, de perto de 200% e representaram uma quota de mercado em 2007, de 11,03%; neste caso, desde 2003, assiste-se a um crescimento dos valores importados e a um decréscimo da respectiva quota de mercado (esta foi de 15,08% em 2003). Os sulfatos, álumenes, persulfatos, cloretos, brometos, herbicidas, desinfetantes e produtos semelhantes preenchem quase totalmente este grupo de produtos.

Sobre os produtos alimentares, sem grande oscilação face a 2003, mas com grande quebra de valor em 2006, temos acima de tudo os peixes e moluscos, os crustáceos, caviar e seus sucedâneos, preparações alimentícias não especificadas, etc.

Todos os restantes produtos, com quotas de mercado inferior a 1% não mostram qualquer relevância.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2003	% Total	2006	% Total	2007	% Total
Metais comuns	38	0,51	11.670	59,66	16.995	57,52
Produtos agrícolas	3.260	43,94	4.102	20,97	6.508	22,03
Produtos químicos	1.119	15,08	2.226	11,38	3.259	11,03
Produtos alimentares	2.319	31,26	816	4,17	2.237	7,57
Plásticos e borracha	214	2,89	225	1,15	244	0,83
Minerais e minérios	10	0,13	7	0,04	92	0,31
Matérias têxteis	342	4,61	96	0,49	60	0,20
Madeira e cortiça	1	0,01	20	0,10	46	0,15
Peles e couros	1	0,01	214	1,09	43	0,14
Outros produtos	9	0,12	18	0,09	30	0,10
Vestuário	46	0,62	162	0,83	26	0,09
Máquinas e aparelhos	53	0,71	2	0,01	6	0,02
Pastas celulósicas e papel	3	0,03	1	0,00	2	0,01
Instrumentos de óptica e precisão	6	0,08	2	0,01	1	0,00
Combustíveis minerais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Calçado	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Veículos e outro material de transporte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	7.418	100,00	19.562	100,00	29.547	100,00

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística
Valores declarados;

Nota: Os anos de 2006 e 2007 encontram-se corrigidos dos valores confidenciais, correspondentes às operações abrangidas pela lei do segredo estatístico. Por esta razão poderá haver discrepância, para aqueles períodos, entre estes totais e os da balança comercial.

3.2 Turismo

Portugal não é um país de destino de referência, dentro das principais preferências dos turistas do Peru.

Turismo do Peru em Portugal

	2002	2003	2004	2005	2006	Var. ^c
Dormidas ^a	2.092	1.806	2.095	2.417	2.613	6,5%
% total ^b	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	

Fontes: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Inclui apenas o número de dormidas na hotelaria global

(b) Em percentagem do número total de dormidas de estrangeiros

(c) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2002-2006

Os números de dormidas na hotelaria global têm variado bastante ao longo destes anos, embora se assista a uma subida lenta e gradual, desde 2003, assinalando-se uma variação média positiva de 6,5%, durante o período considerado.

A zona que tem registado o maior número de dormidas é a de Lisboa e Vale do Tejo – 2.026 (77,5% em 2006), seguindo-se o Porto e Norte de Portugal (271) e o Algarve (104), com números acima das 100 dormidas.

4. Relações Internacionais e Regionais

A República do Peru é membro do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, de entre as quais se destacam o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Integra a Organização Mundial do Comércio desde 1 de Janeiro de 1995.

A nível regional este país faz parte da Comunidade Andina (CAN), da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), do Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe (SELA), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e tem estatuto de membro associado do MERCOSUL.

A **CAN**, criada em 1969 pelo Acordo de Cartagena (Pacto Andino), visava a criação no prazo de 10 anos, de uma União Aduaneira entre os Estados-membros. No entanto, face às dificuldades verificadas na concretização dos seus objectivos de integração ao longo de três décadas, houve necessidade de se proceder a reformas importantes que foram consignadas no Protocolo de Trujillo (Maio de 1996), com o fim de redefinir um modelo institucional que permitisse ao Grupo Andino adaptar-se ao novo contexto mundial, caracterizado pela abertura das economias, a globalização das trocas e a integração no mercado internacional.

Actualmente, esta organização por sub-regiões é composta por 4 membros efectivos (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), 5 países associados (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) e 2 observadores (México e Panamá) e visa o crescimento e a cooperação económica, o fortalecimento da solidariedade regional e a elaboração de políticas direccionadas para o acréscimo da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Estabelecida pelo Tratado de Montevideo, em 1980, a **ALADI** (organismo intergovernamental) tem como objectivos fortalecer as relações entre os seus membros, através da celebração de acordos bilaterais, modernizar a estrutura produtiva dos países signatários, harmonizar as respectivas políticas macroeconómicas e promover uma participação mais activa dos diferentes grupos sociais no processo de integração.

O **SELA**, formado por 26 países latino-americanos, foi criado em 1975 com a finalidade de acelerar o desenvolvimento económico e social dos seus membros, através da cooperação intra-regional e do estabelecimento de um sistema permanente de consulta e coordenação em assuntos de natureza económica e social.

A **OEI/OAS**, instituída em 1948 pelas 35 nações do hemisfério ocidental, visa promover práticas de boa gestão governamental, fortalecer os direitos humanos, incentivar a paz e a segurança, expandir o comércio, e encontrar soluções para os problemas provenientes da pobreza, drogas e corrupção entre os “povos das Américas”.

No que respeita às relações entre a **União Europeia** e o Peru estas enquadram-se fundamentalmente no contexto regional com os países da Comunidade Andina. O diálogo entre as partes iniciou em 1996 (Declaração de Roma), tendo sido assinado em 2003 um Acordo de Associação.

Actualmente, tendo em vista o aprofundamento e reforço das relações bilaterais, estão em curso negociações com vista à conclusão de novo Acordo de Associação (1.ª reunião - Junho de 2007) cujo principal objectivo consiste na criação de uma zona de livre comércio entre as duas regiões.

De referir, ainda, que a Comunidade financia medidas destinadas a promover a cooperação com os países, territórios e regiões em desenvolvimento. Assim, o *Regulamento n.º 1905/2006, de 18 de Dezembro*, institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento com aplicação entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

Para a América Latina (o Peru consta dos países elegíveis) a assistência comunitária incide especialmente nos seguintes domínios de cooperação:

- Promoção da coesão social (luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão);
- Promoção de uma maior integração regional;
- Apoio ao reforço da boa governação e das instituições públicas, bem como da protecção dos direitos do homem;
- Apoio à criação de um espaço comum UE-América Latina do ensino superior;
- Promoção do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões, com especial atenção à protecção da floresta e à diversidade biológica.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1 Regime Geral de Importação

A importação da esmagadora maioria das mercadorias é livre, no entanto, alguns produtos estão sujeitos a restrições ou proibições.

As restrições à importação constam de vários diplomas legislativos, sendo que as mercadorias submetidas a este regime, na entrada necessitam de cumprir requisitos de licença, autorização, certificação e registo sanitário, a cumprir junto das diversas entidades competentes (Ministérios).

Entre os produtos de **importação restrita** encontram-se: armas, munições e acessórios; explosivos para uso civil; produtos químicos para o tratamento de narcóticos; equipamentos para transmissão de radiodifusão; textos geográficos e cartográficos; produtos farmacêuticos; instrumentos médico-cirúrgicos; produtos de higiene pessoal, doméstica e cosméticos; produtos e subprodutos de origem animal e vegetal; produtos alimentares; espécimes da fauna e flora silvestres; e substâncias psicotrópicas.

Finalmente são **proibidas as importações** das seguintes mercadorias: pesticidas organoclorados, bem como os seus derivados e compostos; resíduos perigosos ou radioactivos; alguns produtos pirotécnicos; vestuário e calçado usados; pneus usados; bebidas fabricadas no estrangeiro que tenham a denominação PISCO ou outra que inclua esta palavra; e fontes radioactivas para uso medicinal.

De referir que existem regras especiais para a importação de produtos alimentares, farmacêuticos e materiais considerados perigosos ou tóxicos, no que respeita à respectiva **embalagem e rotulagem**. Assim, estes produtos deverão conter nos rótulos todas as informações consideradas necessárias ao consumidor, tais como, designação do produto, lote e data de fabricação, código de barras, prazo de validade e composição. É obrigatória a utilização do espanhol.

O Peru aplica a Nomenclatura Comum dos Países Membros do Acordo da Comunidade Andina (NANDINA), que se baseia no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação das Mercadorias. Os **direitos aduaneiros** são *ad valorem* e incidem sobre o valor CIF dos produtos com taxas de 0%, 9% e 17%.

Para além dos direitos, os produtos importados no Peru estão ainda submetidos ao pagamento de vários impostos/taxas adicionais, com destaque para os seguintes:

Imposto Geral de Vendas – idêntico ao IVA, recai sobre a importação de bens no país à taxa única de 17%.

Imposto Selectivo ao Consumo – incide (a taxas variáveis) sobre a importação de produtos específicos como: combustíveis, bebidas alcoólicas, cerveja, tabaco e outros produtos considerados de luxo.

Imposto de Promoção Municipal – recai sobre os produtos sujeitos ao Imposto Geral de Vendas, à taxa única de 2%.

No âmbito do relacionamento comercial com a UE, o Peru beneficia do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) que permite a uma grande variedade de produtos um acesso privilegiado ao mercado comunitário (isenção ou redução de direitos aduaneiros), desde que acompanhados do documento comprovativo de origem (Certificado Form A).

As tarifas aplicadas na entrada de produtos no Peru podem ser consultadas na página «**Market Access Database**», da responsabilidade da União Europeia – <http://mkaccdb.eu.int> (clicar em «Tariffs Applied Database»).

5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

Em matéria de investimento estrangeiro o Governo adoptou um regime liberal das operações a realizar no país, sendo permitido o acesso à grande maioria das actividades económicas sem restrições ou necessidade de obtenção de autorização prévia por parte das autoridades locais.

A Constituição do Peru, de 1993, consagra os princípios essenciais para garantir um enquadramento favorável ao desenvolvimento do investimento directo estrangeiro, nomeadamente:

- Igualdade de tratamento entre promotores nacionais e estrangeiros;
- Garantia da livre repatriação de lucros e capitais;
- Acesso ao crédito interno nas mesmas condições que o investidor nacional;
- Celebração de contratos de transferência de direitos de propriedade industrial e de tecnologias;
- Acesso à propriedade privada (carácter excepcional da expropriação, sempre com direito a justa indemnização).

Para além do previsto na Lei principal, o restante enquadramento jurídico peruano estabelece regras claras e seguras para o desenvolvimento do investimento estrangeiro – Decreto Legislativo n.º 662, de Agosto de 1991, complementado pelo Decreto Legislativo n.º 757, Decreto Supremo n.º 162-92-EF e subsequentes alterações.

Os promotores externos têm direito a organizar e desenvolver a sua actividade da forma que considerem mais adequada e conveniente, de acordo com a legislação relativa aos tipos de sociedades existentes e observando, com rigor, as regras sobre a segurança industrial, conservação da natureza e protecção da saúde pública.

O organismo responsável pela promoção e execução da política de investimento directo, nacional e estrangeiro, é a “**Agencia de Promoción de la Inversión Privada**” – **PROINVERSIÓN**. Cabe-lhe, também, a negociação de instrumentos de carácter bilateral, regional e multilateral em matéria de investimentos, de forma a estabelecer garantias e acesso a mecanismos de solução de conflitos que possam surgir no âmbito do desenvolvimento de projectos.

No que respeita aos **incentivos** o Governo peruano criou apoios ao investimento que se traduzem, designadamente:

- Devolução do Imposto Geral de Vendas que incidiu na exportação e/ou na importação e aquisição local de bens empregues directamente na execução de projectos de investimento cuja actividade de produção seja orientada para a exportação;
- Incentivos fiscais e acesso a regimes especiais a nível laboral e de segurança social às indústrias agrícolas e agro-pecuárias consideradas de interesse prioritário (com excepção da indústria florestal);
- A “Lei da Amazónia”, cuja finalidade é promover o desenvolvimento sustentável da Amazónia, estabelece condições fiscais favoráveis (isenção do pagamento do Imposto Geral de Vendas e do Imposto Selectivo de Consumo) às empresas situadas na região que se dediquem principalmente ao exercício de actividades económicas como a agricultura, a agro-pecuária, a pesca e o turismo;
- “Centros de Exportación, Transformación, Industria, Comercialización y Servicios” (CETICOS) – áreas geográficas delimitadas que funcionam como pólos de desenvolvimento industrial e que disponibilizam às empresas instaladas um conjunto significativo de isenções fiscais (ex.: Imposto de Renda, Imposto Geral de Vendas, Imposto Selectivo de Consumo, Imposto de Promoção Municipal, entre outros);
- Zona Franca de Tacna (ZOFRATACNA) – permite às empresas que aí se estabeleçam para o desenvolvimento de actividades industriais, agro-industriais, de reparação, acondicionamento, embalagem, entre outras, o acesso a isenções fiscais, nomeadamente de natureza aduaneira.

Finalmente importa referir que entre Portugal e o Peru foi celebrado um Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos e respectivo Protocolo em vigor desde 2 de Outubro de 1995.

5.3. Quadro Legal

Regime de Importação

- *Lei n.º 29176/2008* – Relativa à simplificação aduaneira.
- *Decreto Supremo n.º 129-2004-EF* – Aprova a Lei Geral Aduaneira.

Regime de Investimento Estrangeiro

- *Decreto Supremo n.º 039-2006-EF* – Define as atribuições da Proinversión.
- *Decreto Supremo n.º 027-2002-PCM* – Cria a “Agencia de Promoción de la Inversión Privada” (Proinversión).
- *Decreto Supremo n.º 136-1997-EF* – Aprova disposições complementares relativas ao regime de garantia do investimento privado.
- *Decreto Supremo n.º 162-1992-EF* – Regula o regime de garantia do investimento privado.
- *Decreto Legislativo n.º 757* – Aprova a Lei-Quadro para o crescimento do investimento privado.
- *Decreto Legislativo n.º 662, 1991* – Aprova o regime da estabilidade jurídica aplicável ao investimento privado.

Legislação Relevante

- *Decreto n.º 23/1995, de 15 de Julho* – Aprova o Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos e Respectivo Protocolo entre Portugal e o Peru.

Para mais informação sobre mercados externos consulte a “Jurisnet” - <http://www.portugalnews.pt/juris/matriz.asp>

6. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Passaporte: Exigido a todos os visitantes.

Visto: Os portugueses que viajem em negócios ou turismo estão dispensados de visto, podendo permanecer no país por 90 dias.

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado do Peru é a seguinte (Abril de 2008):

Curto prazo: Carta de crédito irrevogável.

Médio /longo prazo: Caso a caso, numa base restritiva.

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da COSEC.

Hora Local

- 5 horas GMT (no Peru não existe horário de Verão e Inverno, a hora mantém-se igual todo o ano)

Horários de Funcionamento

Os horários mais comuns são os seguintes:

Serviços Públicos:

Das 9h00 / 17h00 no Inverno e das 8h00 / 15h00 no Verão

Bancos:

Das 09h00 / 13h00 e das 15h00 / 18.00 de segunda a sexta-feira. A maioria dos bancos abre aos sábados, até ao meio-dia.

Empresas:

Das 8h00 às 18h00 (a maior parte das empresas fecha aos Domingos e sábados da parte da tarde)

Comércio:

Das 9h00 / 20h00

Geralmente as lojas, os shoppings e os mercados de artesanato abrem todos os dias (inclusive nos feriados).

Ferriados

Ferriados Fixos:

1 de Janeiro - Dia de Ano Novo

1 de Maio - Dia do Trabalhador

29 de Junho – Dia de S. Pedro

28-29 de Julho – Festas da Independência

30 de Agosto – Dia de Santa Rosa de Lima (santa padroeira do Peru e da América)

8 de Outubro – Dia de Batalha de Angamos

1 de Novembro – Dia de Todos os Santos

8 de Dezembro – Dia da Imaculada Conceição

25 de Dezembro – Dia de Natal

Feriados móveis:

5ª feira Santa

6ª feira santa

Sábado de Aleluia

Corrente Eléctrica

220 volts, 50 Hz

Sistemas de pesos e medidas

O Sistema Métrico Internacional, incluindo também medidas espanholas antigas, especialmente em zonas rurais.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

Embaixada do Peru

Rua Castilho, 50 – 4º Dtº

1250-071 Lisboa - Portugal

Tel. : + (351) 213 827 470 | Fax: + (351) 213 827 479

E-mail: info@embaixadaperu.pt

aicep Portugal Global (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE)

Sede: O' Porto Bessa Leite Complex

Rua António Bessa Leite, 1430, 2.º

4150-074 Porto – Portugal

Tel.: +(351) 226 055 300 | Fax: +(351) 226 055 399

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE)

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa - Portugal

Tel.: +(351) 217909500 | Fax: +(351) 217909581

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

COSEC – Companhia de Seguros de Créditos
Direcção Internacional
Av^a. da República, nº. 58
1069-057 Lisboa - Portugal
Tel.: + (351) 217 913 821 | Fax: + (351) 217 913 839
E-mail: international@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

No Peru

Embaixada de Portugal
Calle Antequera, 777-3er. piso
Lima - Peru
Tel.: +(511) 4409 905 | Fax: +(511) 4215 979
E-mail: limaportugal@hotmail.com

Cámara de Comercio de Lima
Av. Giuseppe Garibaldi nº 396, (ex Gregorio Escobedo) Jesús Maria
Lima 11 - Peru
Tel.: + (511) 4633434 | Fax: + (511) 2191674
E-mail: info@ccparaguay.com.py | <http://www.camaralima.org.pe>

Banco Central de Reserva del Peru
Jr. António Miró Quesada, 441-445
Lima 1 - Peru
Tel.: + (511) 6132000
E-mail: webmaster@bcrp.gob.pe | <http://www.bcrp.gob.pe>

Ministerio de Economía y Finanzas
Jr. Junín 319, Cercado de Lima
Lima 1 - Peru
Tel.: +(511) 311 5930
E-mail: postmaster@mef.gob.pe | <http://www.mef.gob.pe>

Ministerio de Comercio Exterior y Turismo
Calle Uno Oeste N 050 Urb. Córpac - San Isidro
Lima - Peru
Tel.: +(511) 5136100
E-mail: webmaster@mincetur.gob.pe | <http://www.mincetur.gob.pe>

Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú
Jr. Lampa 545, Cercado de Lima
Lima 1 - Peru
Tel.: +(511) 6232400
E-mail: informes@rree.gob.pe | <http://www.rree.gob.pe>

Superintendência Nacional de Aduanas – Sunad
Av. Gamarra 680 – Chucuito
Callau - Peru
Tel.: +(511) 4655885 | Fax: +(511) 4652028
E-mail: webmaster@sunat.gob.pe | <http://www.aduanet.gob.pe/aduanas>

8. Fontes de Informação

8.1 Informação Online **aicep** Portugal Global

Documentos Específicos sobre o Peru

- Título: “Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos”
Edição: 06/2005

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 09/2006

- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 11/2005
- Título: “Dupla Tributação Internacional”
Edição: 12/2004
- Título: “A Internacionalização das Marcas Portuguesas Através do Franchising”
Edição: 11/2004
- Título: “Pagamentos Internacionais”
Edição: 06/2004

A Informação Online pode ser consultada em <http://www.portugalnews.pt/econo/matriz.asp>

8.2 Endereços de Internet

- Agencia de Promoción de la Inversión Privada (PROINVERSION) - <http://www.proinversion.gob.pe>
- Ministerio de Comercio Exterior y Turismo - <http://www.mincetur.gob.pe>
- Governo do Peru - <http://www.peru.gob.pe/>
- PROMPEX / Comissão para a Promoção das Exportações - <http://www.prompex.gob.pe/>
- Sistema Económico da América Latina (SELA) - <http://www.sela.org/>
- Superintendencia Nacional de Administración Tributaria (SUNAT) - <http://www.sunat.gob.pe>